

---

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VERDE

---

**Despacho n.º 8496/2019**


**- Mobilidade intercarreiras-**

Manuel de Oliveira Lopes, Vereador do Pelouro da Qualidade, Ordenamento e Gestão do Território, torna público:

Considerando que quando haja conveniência para o interesse público, designadamente quando a economia, a eficiência dos órgãos ou serviços o imponham, os trabalhadores podem ser sujeitos a mobilidade, podendo esta operar-se dentro do mesmo órgão ou serviço;

Considerando que a mobilidade que a mobilidade reveste as modalidades de mobilidade na categoria e mobilidade intercarreiras ou intercategorias, sendo que a mobilidade intercarreiras ou intercategorias pode operar-se para o exercício de funções não inerentes à categoria de que o trabalhador é titular e inerentes, nomeadamente, a carreira/categoria de grau de complexidade superior, dependendo para o efeito de habilitação adequada do trabalhador;

E, tendo em conta que de acordo com o Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2019, elaborado nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em Anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2018, em conformidade com a Proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião extraordinária de 26 de outubro de 2018, foi identificada, entre outras, a necessidade de recrutamento, através de mobilidade interna no órgão, na modalidade intercarreiras, de um posto de trabalho de assistente técnico, no Serviço de Suporte à Gestão de processos, da Divisão de Urbanização e Edificação.



Considerando a informação prestada pelo Chefe da Divisão de Urbanização e Edificação, em 10 de setembro de 2018, que, atenta a conveniência que da mobilidade intercarreiras advém para o interesse público, propõe a mobilidade da trabalhadora **Ana Paula Malheiro Pereira de Sá** para o posto de trabalho acima referido por deter a habilitação adequada, bem como o meu despacho de 29 de março de 2019, exarado na informação n.º 6606, da Divisão de Recursos Humanos(DRH), de 28 de março de 2019.

Considerando que o presente recrutamento encontra-se previsto no mapa anual global consolidado de recrutamentos autorizados, publicado no Diário da República n.º 77, Série II, de 18 de abril de 2019.

Considerando, ainda, que a trabalhadora **Ana Paula Malheiro Pereira de Sá**, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, detentora da carreira/categoria de assistente operacional, é titular das habilitações literárias exigidas para o exercício de funções com de complexidade 2 (12.º ano de escolaridade), inerentes ao desempenho das funções correspondentes ao posto de trabalho de assistente técnica, tendo a mesma manifestado interesse em ocupar o referido posto através de mobilidade interna na mobilidade intercarreiras, conforme informação da própria aposta em 01/04/2019 na informação n.º 6606 de 28/03/2019, da Divisão de Recursos Humanos.

Determino, no exercício da competência prevista na alínea a), do n.º 2, do artigo 35.º da Lei nº 75/2013, de 12/09, o seguinte:

1. Nos termos do artigo 92.º, dos n.ºs 3 e 4 do artigo 93.º e do artigo 94.º, todos da LTFP e reunidos que estão todos os requisitos e formalismos legais, determino que se opere a mobilidade intercarreiras, com efeitos a 1 de Maio de 2019, da assistente operacional, **Ana Paula Malheiro Pereira de Sá**, titular de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste Município, afeta ao Serviço de Suporte à Gestão de Processos, da Divisão de Urbanização e Edificação, para a carreira de assistente técnica, categoria de assistente técnica, no Serviço de Suporte à Gestão de Processos, da Divisão de Urbanização e Edificação.
2. Que de acordo com o n.º 3, do artigo 153.º da LTFP, a trabalhadora **Ana Paula Malheiro Pereira de Sá** passe a auferir pela 1.ª posição, nível remuneratório (NR) 5, da tabela remuneratória única (TRU) aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, correspondente à remuneração mensal de (euro) 683,13€.

3. Que a duração da mobilidade seja de 18 meses conforme dispõe o artigo 97.º do anexo à LTFP, sem prejuízo do disposto no artigo 99.º – A da referida Lei;
4. Nos termos da informação prestada pela Divisão de Administração e Finanças, em 1 de abril do corrente, inserta na Informação da Divisão de Recursos Humanos n.º 6606, de 28 de março de 2019, o encargo encontra-se cabimentado e comprometido.
5. Determino, ainda, a publicação, por extrato, mediante afixação nos locais habituais e inserção na página eletrónica do Município conforme dispõe a alínea a) do n.º 1 do artigo 5º da LTFP.

Vila Verde, 23 de abril de 2019.

O Vereador da Qualidade, Ordenamento e Gestão do Território,

(ao abrigo do Despacho n.º 17594, de 16.11.2017, publicitado através do edital n.º 87/2017)



---

- Manuel de Oliveira Lopes, Dr. -